



MUNICÍPIO DE CASTRO VERDE CÂMARA MUNICIPAL

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CASTRO VERDE, REALIZADA NO DIA 23 DE NOVEMBRO DE 2016.

Nº. 24/2016

Estiveram presentes para o efeito os eleitos: Francisco José Caldeira Duarte, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Castro Verde, e António João Fernandes Colaço, António José Rosa de Brito, Paulo Jorge do Nascimento e Carlos Alberto Camacho Pereira, na qualidade de Vereadores.

ABERTURA DOS TRABALHOS

Dada a existência de quórum foi, pelo Sr. Presidente, declarada aberta a reunião pelas 14,45 horas.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Deu o Sr. Vereador Paulo Nascimento conhecimento das iniciativas e levar a efeito, no próximo dia 27, no âmbito das comemorações do II Aniversário da inscrição do Cante Alentejano na lista de bens culturais e imateriais da Humanidade da UNESCO, nomeadamente a realização de um desfile de Grupos Corais, no Cineteatro Municipal de Castro Verde, e a apresentação da edição "O cante é a nossa Terra", de Manuel Passinhas, conjunto de ilustrações inspiradas na comemoração desta data em 2015, onde retrata os grupos corais do concelho presentes na iniciativa.

ORDEM DO DIA

- **Aprovação da ata da reunião anterior:**

Atendendo a que foi distribuída, previamente, a todos os presentes, cópia da ata da reunião anterior, foi dispensada a sua leitura, pelo que o Sr. Presidente colocou-a à consideração dos restantes membros e, não havendo qualquer proposta de alteração, submeteu-a a votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

2. - Expediente:

Tomou a Câmara conhecimento do seguinte expediente:

- "Email" da Unidade Local de Saúde do Baixo do Alentejo, agradecendo o apoio prestado por esta Câmara Municipal nas comemorações do Dia Mundial da Diabetes, realizadas em Beja, no dia 14, e em Castro Verde, no dia 17 do corrente mês.

- Carta do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, acerca da sua exigência da revogação da portaria sobre o pagamento das taxas de utilização de acessos nas estradas sob jurisdição da Infraestruturas de Portugal SA.
- Circular da Associação Nacional de Municípios Portugueses sobre a realização da Convenção Nacional "40 anos de Poder Local Democrático", em Coimbra, no próximo dia 10 de Dezembro.
- "Email" do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português dando conhecimento de propostas de alteração ao Orçamento de Estado para 2017.

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

1. - Proposta da 10ª. alteração ao Orçamento e Opções do Plano - 2016:

Apreciou a Câmara a proposta da 10ª. alteração a efetuar ao Orçamento e Opções do Plano do ano em curso, tendo o Sr. Presidente prestado informação sobre as alterações pretendidas.

Apreciado o assunto, submeteu o Sr. Presidente a votação a proposta da alteração ao Orçamento e Opções do Plano, tendo a Câmara deliberado, por maioria, com as abstenções dos Srs. Vereadores António José de Brito e Carlos Alberto Camacho Pereira, aprová-la, ficando os respetivos documentos anexos à presente ata dando-se, por isso, como aqui integralmente transcritos.

2. - Agravamento do IMI em prédios urbanos degradados na vila de Castro Verde (aplicação do art.º 112 do CIMI):

Em conformidade com a deliberação tomada na sua reunião realizada no dia 12 de Outubro do ano corrente, sobre o assunto em título, apreciou a Câmara a seguinte informação prestada pelo Gabinete de Gestão Urbanística:

"Na sequência da deliberação da Câmara, de 12 de outubro de 2016, e após a notificação dos proprietários dos prédios incluídos na lista para agravamento (majoração) do IMI devido ao seu estado de degradação, conforme disposto no artigo 112º do CIMI, somos a informar o seguinte:

1 - Da lista referida pronunciaram-se os seguintes proprietários:

- i) Arlindo Piedade Nobre, proprietário do prédio inscrito na matriz urbana com o artigo 1778, sito na Rua da Aclamação nº 34.

Relativamente à reclamação do proprietário, verifica-se que o mesmo foi notificado por lapso, uma vez que houve uma troca no número de polícia. O prédio em causa não se encontra identificado como imóvel degradado, não fazendo por isso parte da lista de artigos urbanos propostos para agravamento de IMI.

- ii) Maria Amélia de Fátima Cortes Nobre, proprietária do prédio inscrito na matriz urbana com o artigo 1197, sito na Rua Campo de Ourique, nº 35.

Relativamente à reclamação da proprietária, somos a informar que foi realizada uma vistoria nos termos do artigo 1º do decreto-Lei nº 266-B/2012, de 31 de dezembro, para os efeitos previstos em matéria de reabilitação urbana e de conservação do edificado. Da vistoria realizada, resultou um nível de conservação 3, a que corresponde um estado de conservação **MÉDIO**.

Desta forma, em consequência da vistoria realizada, somos de opinião que o prédio em causa deverá ser retirado da lista de prédios degradados, para agravamento de IMI.

- iii) João Luís da Conceição Apolónia, em representação da proprietária Ilda Maria José (cabeça de casal de herança) do prédio inscrito na matriz urbana com o artigo 214, sito na Rua do Poço, nº 25.

Relativamente à pronúncia por escrito, somos a informar que foi entregue já fora do prazo estabelecido na notificação ao proprietário (10 dias contados de acordo com o artigo 113º do CPA). Na mesma é referido que irão ser efetuadas obras de manutenção no imóvel. No entanto, não é indicado quando é que a intervenção irá ser realizada.

Desta forma, em nossa opinião, o prédio em causa deverá ser mantido na lista de imóveis degradados para agravamento de IMI, uma vez que é este o seu estado de conservação atual, devendo o mesmo ser retirado quando forem realizadas as referidas obras.

2 – Da lista referida, não chegaram a ser notificados, por motivos de não terem sido reclamadas as notificações que seguiram via correio registado com aviso de receção, os seguintes proprietários:

- i) Daniel Pires Soares, proprietário do prédio inscrito na matriz urbana com o artigo 2000, sito na Rua de Almodôvar, nºs 6 e 8;
- ii) Olinda Revés Afilhado, proprietária do prédio inscrito na matriz urbana com o artigo 2259, sito na Rua Gonçalves Correia, nº 9;
- iii) Júlio Mendes da Luz Deodato Palma, proprietário do prédio inscrito na matriz urbana com o artigo 364, sito na Rua de Campo de Ourique, nºs 62 e 64;
- iv) Pedro José Leitão da Silva Santos, proprietário do prédio inscrito na matriz urbana com o artigo 244, sito na Rua D. Afonso I, nº 74.

Uma vez que, a comunicação à Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) das taxas de majoração do IMI, previstas no artigo 112º do CIMI, deverá ser efetuada até 30 de novembro, em nossa opinião, caberá à Câmara decidir, a sua exclusão da lista de imóveis degradados para agravamento de IMI, uma vez que os proprietários não chegaram ainda a ser notificados.

3 – Da lista referida, por dificuldade na sua identificação e por consequência os respetivos domicílios fiscais, ainda não foram notificados os titulares dos seguintes prédios:

- i) Prédio inscrito na matriz urbana com o artigo 3147, sito na Rua do Acampamento, nºs 32 e 34 e Rua da Aclamação, nº 35;
- ii) Prédio inscrito na matriz urbana com o artigo 198, sito na Rua de São Sebastião, nº 15.

Uma vez que, a comunicação à Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) das taxas de majoração do IMI, previstas no artigo 112º do CIMI, deverá ser efetuada até 30 de novembro, em nossa opinião, caberá à Câmara decidir, a sua exclusão da lista de imóveis degradados para agravamento de IMI, uma vez que os proprietários não chegaram ainda a ser notificados.

4 – Segue em anexo à presente informação:

- a) Planta de localização com os prédios referidos, para majoração de IMI, de acordo com o artigo 112º do CIMI;
- b) Lista definitiva com os artigos referidos dos prédios para majoração de IMI, de acordo com o artigo 112º do CIMI.

Apreciado o assunto, deliberou a Câmara, por unanimidade e nominalmente, aprovar a lista dos prédios e respetivos proprietários sujeitos a agravamento do IMI, nos termos previstos do Art.º 112 do

7.

4 3/9

Am

CIMI, e remeter a mesma a apreciação e votação da Assembleia Municipal, conforme documentos que se anexam à presente ata e dando-se, por isso, como aqui integralmente transcritos.

3. - Protocolo - Alteração do anexo I ao Contrato de Concessão da Distribuição de Energia Elétrica em BT:

Apreciou a Câmara a minuta do protocolo a celebrar com a EDP, na sequência do protocolo que a ANMP e a EDP assinaram, no dia 13 de setembro, que permite a substituição do anexo I do Contrato de Concessão da distribuição de energia elétrica, em Baixa Tensão, onde se definem as luminárias consideradas de uso corrente nos sistemas de iluminação pública, entre outras disposições relativamente aqueles sistemas.

Acresce que:

Esta proposta de alteração do Anexo I é ditada pela evolução tecnológica registada, em particular pela emergência da tecnologia LED; cuja eficiência é muito superior à que é oferecida pelos diferentes tipos de lâmpadas de vapor de mercúrio e de vapor de sódio, consideradas como de uso corrente no Anexo I atualmente em vigor.

Na proposta de alteração constante do protocolo destacam-se os seguintes aspetos:

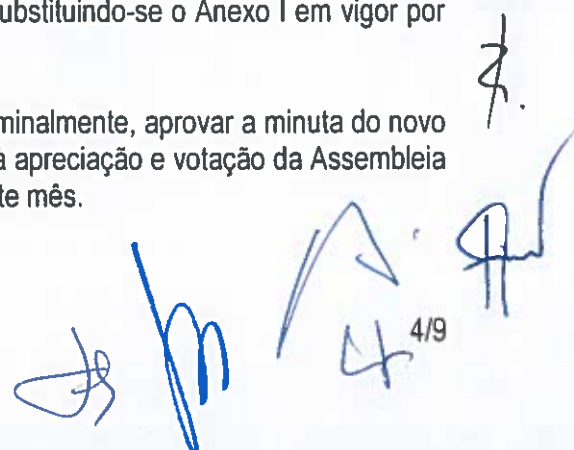
- a) Redefinição dos valores do fluxo luminoso a assegurar, em função dos locais a iluminar;
- b) Identificação das luminárias em função da sua aplicação (universal; jardins, parques e zonas de lazer, núcleos antigos);
- c) Integração das luminárias de tecnologia LED como luminárias de tipo corrente, em circunstâncias identificadas (novas redes de iluminação pública, substituição de luminárias equipadas com lâmpadas de vapor de mercúrio; ou substituição de luminárias obsoletas ou em más condições de conservação);
- d) Manutenção das luminárias equipadas com lâmpadas de vapor de sódio como luminárias de tipo corrente;
- e) Retirada das luminárias equipadas com lâmpadas de mercúrio das luminárias de tipo corrente.

Esta é uma alteração importante, uma vez que o término do contrato e concessão em, vigor só se verificará em 2021. Caso não se proceda a esta alteração as luminárias LED não poderão ser consideradas de tipo corrente, cabendo assim ao Município suportar a diferença de custo, sempre que pretenda instalar luminárias LED nas circunstâncias definidas alínea c).

Uma vez que o Anexo I é parte integrante do Contrato de Concessão da Distribuição de Energia Elétrica em Baixa Tensão, a entrada em vigor das disposições contidas no Protocolo assinado entre a ANMP e a EDP Distribuição e a consequente substituição do Anexo I, configura uma alteração aquele contrato, pelo que implica:

- 1. A sua aprovação pelos órgãos municipais.
- 2. A assinatura dessa alteração com a EDP Distribuição, substituindo-se o Anexo I em vigor por esta nova versão.

Apreciado o assunto deliberou a Câmara, por unanimidade e nominalmente, aprovar a minuta do novo protocolo a estabelecer com a EDP - Distribuição, e submete-la à apreciação e votação da Assembleia Municipal, na sua sessão agendada para o próximo 28 do corrente mês.



Handwritten signatures and initials in blue ink at the bottom right of the page, including a large 'M' and a '4' with '4/9' written next to it.

Ficam anexos à presente ata, a minuta do protocolo ora aprovada e os documentos que a integram, dando-se, por isso, como aqui integralmente transcritos.

4.- Emissão de parecer prévio para a celebração de contrato de aquisição de serviços:

Apreciou a Câmara a informação/proposta com o nº. de registo 8861, do Gabinete de Planeamento e Gestão de Contratos, que a seguir se transcreve:

Considerando o disposto no art.º 35º/12, da Lei nº 7-A/2016, de 30 de março, Lei do Orçamento de Estado para 2016, adiante designado por (LOE), que aponta para a obrigatoriedade da existência de parecer prévio vinculativo do Órgão Executivo, nas celebrações de contratos de aquisição de serviços, considerados ou não essenciais, independentemente do valor da adjudicação.

Considerando a obrigação prevista no art.º 3º da Portaria nº 149/2015, de 26 de maio, que estabelece quais os requisitos cumulativos que devem instruir o pedido de parecer, e se encontram em anexo ao mapa resumo que é apresentado.

Neste sentido, solicito a V.Ex.ª, e ao abrigo do disposto no art.º 35º/5, da LOE, parecer prévio favorável para a celebração de contrato de aquisição de serviços de manutenção preventiva em equipamentos desportivos municipais, por ajuste direto, pelo preço base de 3.200,00 €/ano.

Apreciado o assunto, a Câmara, no uso da competência prevista no artigo 35/5º e 10º da Lei nº.7-A/2016 (Lei do Orçamento de Estado para 2016), deliberou, por maioria, com a abstenção dos Srs. Vereadores António José de Brito e Carlos Alberto Camacho Pereira, emitir parecer prévio favorável para a celebração do contrato de aquisição de serviços em causa, nos termos acima descritos.

5. - Ratificação da emissão de licenças especiais de ruído:

Submeteu o Sr. Presidente a ratificação da Câmara os atos de decisão que tomou relativamente às licenças especiais de ruído que concedeu, nos termos do art.º 15º do Regulamento Geral do Ruído, aprovado pelo Decreto-Lei nº.9/2007, de 17 de Janeiro, com as alterações introduzidas, a Marco António Mestre Rosa, para realização de música ambiente no "Fisrt Floor Bar", sito na Travessa das Alegria, em Castro Verde, nos dias 29 de Outubro a 27 de Novembro, das 21 às 2 horas; a Jorge de Sousa Batista Lourenço, para realização de música ao vivo, no Pátio da Vila, sito na Rua Morais Sarmiento nº.69, em Castro Verde, nos dias 29 de Outubro a 26 de Novembro, das 21 às 2 horas; e a Marco Gabriel Graça Constantino, para realização de música ao vivo, no Café Pastelaria 7ª. Arte nos dias 29 de Outubro a 27 de Novembro, entre as 22 e as 2 horas;

A Câmara deliberou, por unanimidade e nominalmente ratificar os atos de decisão em causa relativamente à concessão das referidas licenças especiais de ruído.

DIVISÃO DE OBRAS E GESTÃO URBANÍSTICA E AMBIENTAL

1. - Programa Estratégico de reabilitação Urbana da vila de Castro Verde (PERU da vila de Castro Verde):

- **Discussão pública - Relatório de ponderação de resultados:**

Na sequência da deliberação tomada na sua reunião realizada no dia 28 de Setembro do ano corrente, e decorrido o período de discussão pública do PERU da Vila de Castro Verde, entre os dias 18 de Outubro e 15 de Novembro, apreciou a Câmara o Relatório de Ponderação de Resultados, o qual

conclui, que não tendo sido rececionado qualquer tipo de participação, reclamação ou mesmo pedido de esclarecimento por parte de particulares e interessados, não há motivo para ponderação e pode a proposta do "PERU de Castro Verde", converter-se em versão final para efeitos de aprovação.

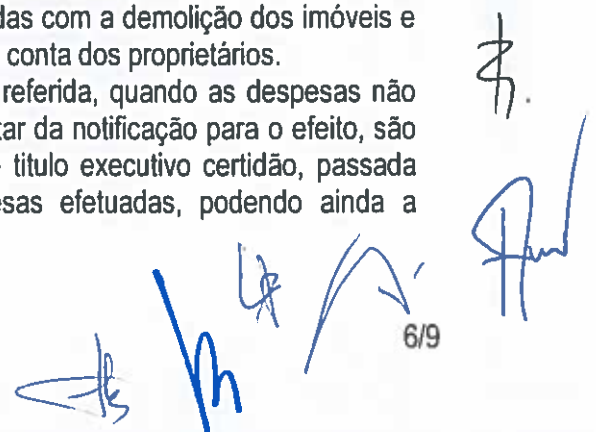
Apreciado o assunto, a Câmara deliberou, por unanimidade e nominalmente aprovar e submeter à apreciação e votação da Assembleia Municipal o Programa Estratégico de Reabilitação Urbana da vila de Castro Verde, como versão final.

Fica anexo à presente a ata o Relatório de Ponderação de Resultados acima referido, dando-se, por isso como aqui integralmente transcrito

2. - Posse administrativa de prédios em ruínas, em Casével:

Apreciou a Câmara a seguinte informação da Secção de Licenciamento, Urbanização e Edificação, na qual dá conta do seguinte:

- 1) Na sequência do requerimento apresentado nesta Autarquia pela Sr^a Maria João Mendes Albergaria, invocando a existência de três prédios em ruínas, confinantes com a sua habitação, sita no Largo de Fabião n.ºs 8, 10 e 12, na localidade de Casével, União das Freguesias de Castro Verde e Casével, instaurado o processo e vistoriados em 24.07.2014, cujo auto de vistoria foi aprovado em reunião de Câmara em 02.09.2015, tendo deliberado a demolição dos imóveis, atendendo ao seu avançado estado de deterioração e ruína, com parte da cobertura e paredes caídas, com fissuras, rebocos degradados, pondo assim em causa a salubridade dos edifícios vizinhos a e segurança de pessoas e bens.
- 2) Os resíduos resultantes da queda da cobertura e das paredes, encontram-se no interior do imóvel formando um monte de entulho, dando origem à existência de animais indesejáveis, apresentando assim um aspeto de total abandono por parte dos proprietários e de que resulta a infiltração de chuva e a falta de segurança e salubridade e o aspeto estético das edificações contíguas.
- 3) Sucede que no seguimento da vistoria foram notificados quatro proprietários do imóvel, Maria João Mendes Albergaria, Umblina Martins Rosa Sotero, Maria Aurora Marques Martins Rosa Silva e Joel Santos Lima, através dos ofícios n.ºs 1408, 1409, 1412 e 1413, registados com aviso de receção e recebido o último em 21/09/2015, para no prazo de 30 dias procederem à intervenção, em conformidade com o auto de vistoria elaborado pela Comissão de Peritos, assim como ainda se pronunciarem no prazo de 10 dias nos termos dos disposto no artigo 101º do CPA sobre a decisão de ordenar a demolição dos prédios em ruínas e remoção a depósito de resíduos e limpeza do terreno.
- 4) Nestes termos e tendo expirado o prazo, o Chefe de Gestão Urbanística e Ambiental e o Fiscal Municipal deslocaram-se ao Largo de São Fabião n.ºs 8, 10 e 12 em Casével e verificaram que os proprietários dos imóveis não deram cumprimento à notificação que lhes foi dirigida.
- 5) Dadas as circunstâncias atrás descritas deverá a Câmara tomar posse administrativa dos imóveis em ruínas, nos termos do artigo 91º do RJUE e aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na atual redação, para lhes dar execução imediata.
- 6) As quantias relativas às despesas que venham a ser realizadas com a demolição dos imóveis e outras que a administração que suportar para o efeito, são de conta dos proprietários.
 - a) Nos termos do n.º 2 do artigo 108º da legislação atrás referida, quando as despesas não forem pagas voluntariamente no prazo de 20 dias a contar da notificação para o efeito, são cobradas em processo de execução fiscal, servindo de título executivo certidão, passada pelos serviços competentes, comprovativa das despesas efetuadas, podendo ainda a



Câmara aceitar, para extinção da dívida, dação em cumprimento ou em função do cumprimento nos termos da lei.

- b) O crédito referido no n.º 6 goza do privilégio imobiliário sobre a parcela de terreno onde se situa as edificações, graduado os créditos referidos na alínea b) do artigo do 748º do Código Civil.

Face às circunstâncias atrás referidas e dado a falta de segurança, deverá a Câmara se assim o entender, tomar posse administrativa dos imóveis e mandar executar as obras necessárias para corrigir o perigo que apresenta.

Mais informo que o ato administrativo que determinar a posse administrativa é notificado aos donos dos imóveis e sempre com uma antecedência mínima de 8 dias, para os mesmos poderem estar presentes se assim o entenderem.

Apreciado o assunto, a Câmara, em face da informação acima descrita, deliberou, por unanimidade e nominalmente, tomar a posse administrativa dos prédios em ruínas, sitos no Largo de São Fabião n.º 8, 10 e 12, em Casével, a fim de poder executar as obras que se tornam necessárias para corrigir os perigos que os mesmos apresentam e que põem em causa a salubridade dos edifícios vizinhos e a segurança de pessoas e bens.

Obras particulares - Outros:

1. - Autos de vistorias para efeitos de avaliação do nível de conservação de edifícios, nos termos do disposto no art.º 1º do Decreto-Lei nº.266-B/2012, de 31 de Dezembro:

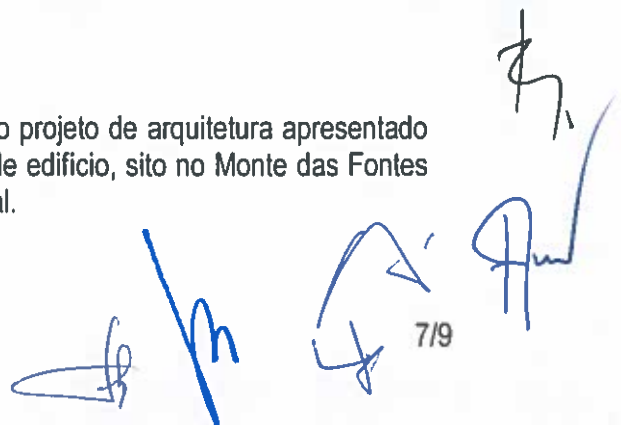
Apreciou a Câmara os autos das vistorias efetuadas ao abrigo do disposto no art.º 1º do Decreto-Lei nº.266-B/2012, a pedido dos proprietários dos mesmos edifícios, para os efeitos previstos em matéria de reabilitação urbana e de conservação do edificado, como forma de determinar o nível de conservação dos seguintes edifícios, localizadas na ARU de Castro Verde, com base no modelo de "ficha de avaliação do nível de conservação de edifícios" e nos critérios de avaliação, aprovados pela Portaria nº. 1192-B/2006, de 31 de dezembro:

- Prédio urbano, sito na Rua Campo de Ourique nº.35, em Castro Verde, inscrito na respetiva matriz sob o artigo nº.1197, propriedade de Maria Amélia de Fátima Cortes Nobre.
- Prédio urbano, sito na Rua D. Afonso I nº. 64, em Castro Verde, inscrito na respetiva matriz sob o artigo nº 1164, propriedade de João Manuel Francisco Carolina.

A Câmara deliberou, por unanimidade e nominalmente, homologar os autos das vistorias efetuadas para efeitos de avaliação do nível de conservação dos prédios acima referidos, localizados na ARU de Castro Verde, tendo sido atribuído, ao primeiro prédio, o nível conservação igual a 3, a que equivale um estado de conservação médio, e ao segundo prédio, o nível de conservação igual a 1, a que equivale um estado de conservação péssimo.

2. - Projeto de arquitetura:

Apreciou a Câmara e aprovou, por unanimidade e nominalmente, o projeto de arquitetura apresentado pela Casa Agrícola Franca Perdigão, para alteração e ampliação de edifício, sito no Monte das Fontes Bárbaras Novas, na freguesia de Entradas, destinada a turismo rural.



DIVISÃO DE AÇÃO SOCIAL, EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

1. - VII Meeting de Atletismo Jovem de Castro Verde:

Apreciou a Câmara a seguinte proposta apresentada pelo Sr. Vereador Paulo Nascimento:

"O Meeting de Atletismo de Castro Verde é atualmente um momento importante no calendário de competições de pista, que tem primado por bons índices de participação, com resultados que contribuem para a afirmação do atletismo regional e de uma marca desportiva de Castro Verde.

Criado em 2010, aquando da inauguração da Pista de Atletismo do Estádio Municipal 25 de Abril, regista um total de 1250 participações de jovens atletas em concursos de lançamentos, saltos e corridas, oriundos, sobretudo, de equipas do Alentejo e Algarve, que aqui têm alcançado boas marcas, sendo algumas ainda recordes distritais.

A opção de direccionar o Meeting para os jovens revela a prioridade de criar um espaço de encontro de visibilidade, qualidade e índices de competitividade motivacional que ajudem a afirmar a prática do Atletismo e que, simultaneamente, reforcem a importância da prática desportiva nas sociedades modernas.

No próximo dia 11 de dezembro 2016, de acordo com o seu plano de ação, a Câmara Municipal de Castro Verde organiza a 7ª. edição do Meeting, dando continuidade a uma política de parceria com a Associação de Atletismo de Beja, que assume a responsabilidade técnica da prova, cujo regulamento se anexa.

Assim, com o objetivo de operacionalizar a organização do VII Meeting de Atletismo Jovem, enquadrada pelo protocolo de cooperação existente entre a Câmara Municipal de Castro Verde e a Associação de Atletismo de Beja (alínea a., da 4ª. cláusula) propõe-se a transferência de 850 € para a Associação de Atletismo de Beja fazer face às despesas relacionadas com o pagamento dos prémios monetários, assumindo esta o pagamento dos mesmos.

Apreciado o assunto, deliberou a Câmara, por unanimidade e nominalmente aprovar a proposta apresentada pelo Sr. Vereador Paulo Nascimento e conceder à Associação de Atletismo de Beja o apoio financeiro no valor de 850,00 €, ao abrigo do protocolo de cooperação existente, e autorizar o respetivo pagamento.

GABINETE DE PLANEAMENTO E GESTÃO DE CONTRATOS

1. - Autorização de procedimento para abertura de concurso público para execução da empreitada de construção do Pavilhão de Reservas do Museu da Ruralidade, em Entradas:

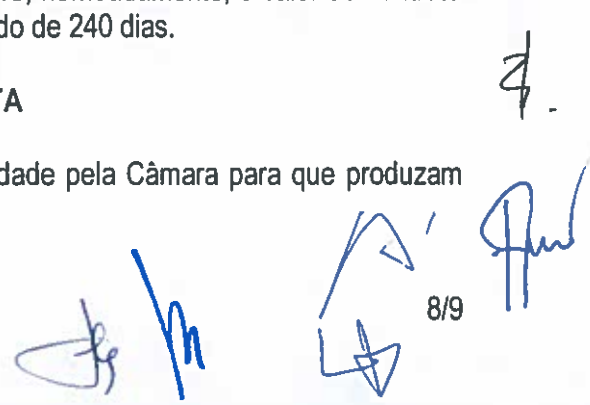
Conforme proposta formalizada pelo Gabinete de Planeamento e Gestão de Contratos, deliberou a Câmara, por unanimidade e nominalmente, autorizar o procedimento da abertura de concurso público para adjudicação da empreitada de construção do Pavilhão de Reservas do Museu da Ruralidade, em Entradas, aprovando o respetivo caderno de encargos, o qual prevê, nomeadamente, o valor do contrato no montante de 150.000,00 € e a execução dos trabalhos no período de 240 dias.

APROVAÇÃO EM MINUTA

Desta reunião se lavrou minuta, a qual foi aprovada por unanimidade pela Câmara para que produzam efeitos imediatos as respetivas deliberações.

4.

8/9



ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS

Não havendo mais nada a tratar, foi encerrada a reunião pelas 15,45 horas, da qual se lavrou a presente ata e submetida a votação foi aprovada e assinada por todos os membros presentes, assim como pelo Coordenador Técnico da Secção Administrativa, Fernando Colaço Sebastião, nos termos do nº 2 do artigo 57º da Lei nº. 75/2013, de 18 de Setembro.

